

# ELEIÇÕES E MUDANÇAS POLÍTICAS NO BRASIL NOS 80: ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE SUBNACIONAL (PELOTAS, RS)

Alvaro Augusto de Borba Barreto<sup>1</sup>

**Resumo:** Analisa como as eleições realizadas na década de 1980 (gerais, em 82 e 86; municipais, 82 e 88; presidencial, 89), repercutiram no município de Pelotas (RS), tendo por objetivo identificar as proximidades e separações no comportamento desse eleitorado em relação ao processo histórico nacional. A perspectiva é de que essas quatro eleições mostram um sistema partidário em processo de fragmentação e regras em transformação, os quais implicaram mudanças significativas no comportamento do eleitor e nos atores escolhidos para comandar a política nacional e local.

**Palavras-chave:** sistema político, eleições, redemocratização, Pelotas (RS)

## **Elections and political changes in Brazil in the 80's: an analysis from a sub-national unity (Pelotas, RS).**

**Abstract:** It examines how the elections in the 1980s (General, in 82 and 86; local, 82 and 88; presidential, 89), reflected in the city of Pelotas (RS), with the aim to identify and close separations the behavior of voters in the national historical process. The prospect is that these four elections show a party system in the process of fragmentation and rules in transformation, which entailed significant changes in the behavior of voters and the actors chosen to lead the national and local policy.

**Key-words:** political system, elections, redemocratization, Pelotas (RS).

## 1 Introdução

No Brasil, a década de 1980 foi plena de realizações, assim como de desencantos. A ditadura militar acabou, estabeleceu-se uma nova Constituição e houve a retomada da escolha direta do presidente. Também foi a época em que o presidente civil faleceu antes de tomar posse, a crise econômica condicionou a capacidade de ação dos governos e as jovens instituições partidárias apresentaram imensas dificuldades para efetivar as suas agendas, razão pela qual passaram a merecer crescente desconfiança da sociedade.

Entre conquistas e frustrações, foi especialmente a partir da realização de eleições pluripartidárias que o Brasil conseguiu institucionalizar a nascente democracia. O estágio inicial deu-se com a escolha direta para governador em 1982, ao qual seguiram-se os pleitos de 1986, que definiu a composição do Congresso Constituinte, e de 1988, que renovou as prefeituras e as câmaras municipais. O passo derradeiro foi a escolha direta para presidente, em 1989. Antes de formarem uma trajetória retilínea, essas quatro disputas mostram um sistema partidário em processo de fragmentação e um regramento em transformação, os quais implicaram mudanças significativas no comportamento do eleitor e nos atores escolhidos para comandar a política nacional.

No entanto, permanece o desafio de identificar como essas vicissitudes repercutiram em unidades sub-nacionais, o que pode ajudar a lançar luzes sobre aspectos ainda negligenciados da história política brasileira recente, bem como agregar novos elementos a esta análise, capazes de reforçar ou mesmo flexibilizar perspectivas já consolidadas. O propósito do artigo é analisar como as transformações vivenciadas nos anos 1980 repercutiram em uma dessas unidades, o município de Pelotas, então segundo maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul, com cerca de 170 mil eleitores. A intenção é identificar as proximidades e separações do comportamento desse eleitorado em relação ao processo nacional.

A base analítica é a afirmação de Arturi (1995, p. 13) de que:

a importância da disputa partidária para a dinâmica dos processos de transição e para a configuração dos dilemas postos à democracia depende das características do sistema partidário-eleitoral antes e durante o período autoritário e, sobretudo, do papel que ele desempenhou no processo de democratização.

Desse modo, os pleitos dos anos 80 são herdeiros e, ao mesmo tempo, continuadores do que Lamounier (1985) classificou como “abertura pela via eleitoral”: uma estratégia escolhida pela ditadura que percebia nas eleições uma alternativa segura para monopolizar as iniciativas de mudanças político-institucionais. Tal estratégia encontrou respaldo em uma parte da oposição que aceitou moderar-se aos limites estabelecidos pelo próprio regime, tendo a expectativa de, dessa forma, ocupar o espaço “distendido”. (Idem, 1986)

Mas há algo de paradoxal nessa questão. De um lado, por mais que tenham servido aos objetivos do regime militar de uma mudança lenta, gradual e controlada, as eleições sempre podem incluir efeitos liberalizantes, a princípio imprevisíveis (Ibidem, idem, p. 293), como o comprova o fato de a restauração do pluripartidarismo não ter impedido o avanço da oposição em 1982. De outro, a parcela da oposição que serviu como interlocutora implantou práticas de conciliação, o que gerou uma transição “pactuada” “negociada”, “pela transação” ou “pelo alto”, e teve como custo: dificultar, comprometer e limitar o alcance do processo de redemocratização (SHARE e MAINWARING, 1986; DINIZ, 1985; LESSA, 1989). Logo, para formar uma coalizão capaz chegar ao poder, esta realizou um acordo com forças amplas e heterogêneas, não fixou um efetivo projeto de governo e acabou por manter grande parte da elite política e técnica que sustentava a ditadura (ARTURI, 1995). Como evidencia Souza (1988, p. 568), “a transição brasileira levou a Nova República a se instalar sobre os alicerces institucionais do regime autoritário mais que sobre seus escombros”.

O governo civil tinha uma agenda sobrecarregada: combater a inflação e realizar as reformas sociais e do Estado, promover uma nova Constituição, retomar as eleições diretas para presidente (Idem). Se qualquer transição por si só já é difícil e cercada de incertezas, situações conjunturais tornaram o quadro ainda mais complexo, como a morte de Tancredo Neves, a posse na Presidência de José Sarney, um político muito identificado com o regime anterior, e uma crise econômica de grandes proporções.

O que se viu foi o governo Sarney enfrentar muitas dificuldades políticas e econômicas, agravadas pelo “estelionato eleitoral” de 1986, as quais Lamounier (1990) classificou como progressiva “perda de capacidade decisória”. Nesse processo, instalou-se a desconfiança em relação às instituições, aos atores políticos e à própria democracia como valor na sociedade brasileira (MOISES, 1995), o que vai desaguar na eleição de Collor, um político que se apresenta como “novo”

justamente por afastar-se dos partidos e apelar diretamente ao “povo”. Ironica e tragicamente, a grande marca do final da transição foi, também, a coroação de uma profunda crise das instituições democráticas, como ficaria evidente, já nos anos 90, com o *impeachment* do Presidente.

## 2 A eleição de 1982

O pleito de 1982 apresentava-se como o “maior da história”, o eleitor teria de escolher seis cargos: governador, senador (uma vaga), deputado federal, deputado estadual, além de prefeito e vereador<sup>2</sup> (ALVES, 1984). Igualmente, era um importante passo na retomada da democracia, pois os partidos criados pela reforma de 1979 estreariam nas urnas, políticos cassados haviam retornado ao país e a disputa para governador voltava a ser direta depois de quase 20 anos (KINZO, 1988, p. 213).

No entanto, também trazia uma série de “casuísmos”, alterações das regras realizadas pela ditadura, com vistas a constranger a oposição e a beneficiar o PDS, o partido do regime: proibição de coligação (associação eleitoral de duas ou mais legendas); estabelecimento do voto vinculado (exigência de que os indicados fossem do mesmo partido); obrigação de as legendas lançarem concorrentes para todos os cargos. A eles se somavam: a utilização da sublegenda para prefeito e senador (a possibilidade do partido lançar mais de uma candidatura para o mesmo cargo), em vigor desde 1966, e as restrições ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), fixadas pela Lei Falcão em 1976.

No que tange aos resultados, os analistas evidenciam o caráter surpreendente daquele pleito, pois tanto o governo quanto a oposição declararam vitória. O PDS, porque fez mais governadores e ficou com a maior bancada na Câmara de Deputados, e a oposição, porque ganhou 10 governos estaduais (nove com o PMDB e um com o PDT) e tomou do PDS a maioria absoluta da Câmara dos Deputados. Para Lamounier (1986, p. 315), esta eleição foi um marco significativo, pois o processo de abertura atingiu um novo patamar e os resultados originaram um sistema político de caráter diárquico. Arturi (2001, p. 19) avalia que ela deu uma vitória política expressiva às oposições e foi diretamente responsável pela perda do controle do processo de transi-

---

<sup>2</sup> Capitais e municípios considerados zona de segurança nacional ou estações hidrominerais – equivalentes a aproximadamente 25% do eleitorado nacional – não elegeram o prefeito, cujo pleito foi realizado em 1985.

ção pelo regime, o que geraria a crise da sucessão presidencial, a campanha das “Diretas Já”, a cisão no PDS e, finalmente, a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985.

No entanto, do ponto de vista estritamente partidário, apresentou resultados que a tornaram mais parecida com o cenário existente antes da reforma de 1979 do que com a nova realidade pluripartidária que ela supostamente simbolizava, isto é, o sistema resultante das urnas continuava a ser bipartidário e controlado pelos herdeiros de Arena e MDB (BRITO, 1983; SOUZA e KUGELMAS, 1983). Apesar de cinco legendas terem disputado o pleito, o número efetivo de partidos parlamentares (Np) após 1982 era de 2,4, e PDS e PMDB somavam mais de 90% das cadeiras, e nenhuma das demais ultrapassava 5% (LIMA JÚNIOR, 1993).

**Quadro 1** – Filiação partidária do prefeito e dos vereadores, no município de Pelotas, em 1979, em 1982 e conforme o resultado das eleições de 1982

Cargo	Dezembro/79	1982	Eleição de 1982
Prefeito	MDB	PMDB	PMDB
Vereadores	MDB (11) Arena (10)	PMDB (10) PDS (10) PDT (1)	PMDB (10) PDS (9) PDT (2)

Fonte: ARAÚJO e BARRETO (2008).

Em Pelotas, o cenário não era muito diferente, aliás, serve para caracterizar uma reforma partidária que resultou em poucas mudanças efetivas. Na última eleição municipal do bipartidarismo, em 1976, o MDB fez o prefeito e a maioria da Câmara (11 vagas), enquanto a Arena ficou com as 10 restantes. Realizada a reforma e às vésperas da eleição de 1982, o panorama era quase o mesmo: o PMDB, sucessor do MDB, comandava o Executivo e detinha 10 cadeiras na Câmara; o PDS, sucedâneo da Arena, também possuía 10; a única novidade era o PDT, que controlava a vaga restante.<sup>3</sup> Após o pleito, houve apenas uma troca: o PMDB manteve tanto a Prefeitura quanto as 10 cadeiras; o PDS ficou em segundo lugar na disputa majoritária, tendo eleito nove vereadores; e o PDT ganhou duas vagas.

<sup>3</sup> Em Pelotas, a passagem do bi para o pluripartidarismo não se deu em uma única etapa, houve várias mudanças na distribuição de cadeiras entre as legendas, fruto de troca e/ou do surgimento, e posterior fusão, de partidos. Mais detalhes, ver: Araújo e Barreto (2008).

**Tabela 1** – Comparativo entre os percentuais de votos dos partidos no município de Pelotas e no Rio Grande do Sul, por cargo, nas eleições de 1982

Cargo	PDS		PMDB		PDT		PT		B/N	
	RS	Pel	RS	Pel	RS	Pel	RS	Pel	RS	Pel
Governador	34,1	34,8	33,5	40,8	20,4	8,1	1,3	1,8	10,7	14,5
Senador	33,5	37,0	31,8	38,8	19,2	7,6	1,2	1,7	14,2	14,9
Dep. Fed.	33,6	35,2	30,8	39,2	18,3	7,2	1,1	1,6	16,7	16,9
Dep. Est.	33,0	35,1	30,7	36,5	17,7	6,9	1,1	1,5	17,6	19,9
Prefeito	-	36,9	-	40,8	-	7,8	-	1,7	-	12,7

Fonte: NOLL e TRINDADE (2004).

Por conta do resultado para Prefeito e das limitações impostas pelo voto vinculado, a diferença entre o comportamento do eleitorado de Pelotas e o do Rio Grande do Sul diz respeito principalmente ao maior apoio ao PMDB (cerca de seis pontos percentuais). Se dependesse do município, o PMDB, e não o PDS, teria vencido a disputa para governador. Há de se destacar que a votação do PDS e do PT também foi maior em Pelotas, assim como os índices de votos brancos e nulos, elevações que foram custeadas pelo PDT, cujo desempenho fica na ordem de 7-8% contra 18-20% no estado. As razões para essa performance do partido de Brizola ligam-se à fragilidade do candidato a Prefeito (João Carlos Gastal) e, principalmente, às dificuldades de organização do diretório local, perpassado por disputas entre lideranças e grupos internos.<sup>4</sup>

Com estas afirmações não se pretende esvaziar o impacto do pleito de 1982, visto ser possível entender o resultado como produto do caráter interessado e artificial da reforma de 1979, do curto período que as legendas tiveram para se organizarem e se consolidarem como novas opções junto ao eleitorado. É bastante razoável supor que PDS e PMDB ganharam a grande maioria dos cargos por serem vistos pela opinião pública como a continuação do bipartidarismo. Na mesma medida, compreende-se que, para os demais, ficou o ônus de não terem acesso aos mesmos recursos institucionais e de necessitarem construir uma identidade política em meio a um período no qual o grande tema era o fim da ditadura militar, razão porque a “união das oposições” era tão destacada. (FERREIRA, 1991) Pode-se considerar, enfim, que a eleição de 1982 tenha sido de transição do bi para um pluripartidarismo.

<sup>4</sup> Apesar de ter sido prefeito entre 1959-1963, Gastal não residia mais na cidade por ocasião do pleito, foi escolhido na última hora, e chegou a desistir da candidatura durante a campanha, sob a alegação de falta de apoio do partido, o que depois foi revertido. Mais detalhes, ver: Altmann (2007).

mo de fato, e não apenas nominal. A nova realidade política começaria a se consolidar a partir das pequenas, mas promissoras alterações que ocorreram naquela oportunidade.

### 3 O pleito de 1986

A eleição de 1986 também apresentou-se como estratégica para o processo de redemocratização, pois selecionou a maioria dos responsáveis pela redação da nova Constituição. Ela foi a primeira eleição geral da Nova República, quando foram escolhidos os novos governadores, senadores (duas vagas), deputados federais e estaduais. Em seus aspectos macro-institucionais, era muito semelhante a que a antecedeu: distritos eleitorais coincidentes com as unidades da federação, procedimento de votação uninominal, sistema majoritário em um único turno para a definição dos cargos de governador e de senador, e proporcional para os deputados. Nesse caso, utilizava-se o sistema de cociente (cota Hare), no qual os votos brancos eram considerados válidos, além de cláusula de exclusão coincidente com o cociente e aproveitamento de sobras pelo sistema D'Hondt.

As novidades surgiam no fato de que, enquanto em 1982 houve também a escolha de prefeitos e vereadores, 1986 foi aquela em que se configurou o atual calendário eleitoral do país, quando se alternam, a cada dois anos, disputas estaduais-nacionais e municipais.<sup>5</sup> O pleito transcorreu livre de grande parte das restrições e dos casuísmos fixados pelo regime militar, os quais foram removidos pela Emenda Constitucional 25, de maio de 1985. Assim, caíram: a proibição de coligação; a necessidade de os partidos lançarem concorrentes para todos os cargos; a utilização do voto vinculado.<sup>6</sup> No mesmo espírito, foram eliminadas as restrições ao HGPE, que passou ao formato apresentado até hoje.<sup>7</sup>

Ela assumiu outra característica: conforme a Emenda Constitucional 26, de novembro de 1985, definiu a composição do Congresso Nacional que redigiria a nova Constituição, a partir de fevereiro de 1987. A medida causou polêmica, pois significava que não haveria uma

---

<sup>5</sup> O calendário nacional se consolidou em 1994, quando a eleição presidencial passou a se realizar concomitantemente a de: governador, senador, deputado federal e estadual.

<sup>6</sup> A EC-25 trouxe outras inovações: estendeu o direito de voto aos analfabetos; ampliou do número de cadeiras na Câmara dos Deputados (479 para 487), ao garantir representação ao Distrito Federal; restabeleceu eleições diretas para Presidente e vice (sem prazo de realização definido), assim como para o executivo nos municípios referenciados à nota 1 (LIMA JÚNIOR, 1993). Outros aspectos serão abordados ainda neste texto.

<sup>7</sup> A única das medidas a permanecer foi a utilização da sublegenda para Senador, abolida no pleito seguinte.

Constituinte exclusiva (como era reivindicado por amplos setores da sociedade), esta tarefa seria mais uma das atividades do Congresso, assim como atribuía poderes constituintes aos 23 senadores eleitos em 1982, que não haviam sido escolhidos com tal prerrogativa. Outra questão é que a escolha ocorreria concomitantemente a outros cargos e havia o risco de ela perder importância frente ao interesse despertado pela disputa para governador.

O cenário político nacional também estava bastante modificado por ocasião do pleito. Os militares haviam deixado a Presidência, transferida aos civis, e a clivagem PDS-PMDB fora rompida, o que ocorreu sem que o eleitor tivesse participação, em mais um episódio de mudança realizada pela elite política, a partir de acordos e desacordos internos. Se até 1984 os herdeiros de Arena-MDB detinham cerca de 90% da Câmara, o PDS perdeu força durante a sucessão presidencial e grande parte do seu espaço foi ocupado pela dissidência que formou o PFL. Também obtiveram representação: PCB, PCdoB e PL, os quais, somados a PDT, PTB e PT, totalizaram nove legendas no parlamento. Assim, o período 1985-1986 registrou os mais altos índices de “mudança parlamentar agregada” na Câmara dos Deputados (NICOLAU, 1996) e aumento no número efetivo de partidos parlamentares de 2,4 para 3,3.

Três medidas contidas na EC-25 facilitaram as mudanças: (a) legalização dos partidos comunistas; (b) autorização para que novas agremiações fossem criadas e (c) eliminação da fidelidade partidária. No que tange ao último ponto, a nova legislação acabou por estimular a troca de partido, pois não fixou custos para o político que a praticasse: ele não perdia o cargo, não se tornava inelegível, e podia se servir deste recurso para tentar vencer as incertezas do processo eleitoral e driblar a crise enfrentada pelos grandes partidos (MELO, 2004).

Como consequência, 30 legendas disputaram as eleições de 1986 – quatro anos antes, eram apenas cinco. Lamounier (1989, p. 115) destaca que a EC-25: “(...) não estabeleceu nenhum critério razoável de representatividade no tocante à formação de novos partidos, e na verdade afrouxou até o limite de critério que até então vigoravam”. Por conta disso, às vésperas da eleição, a avaliação da opinião pública e dos intelectuais a respeito dos partidos era bastante negativa. Diniz e Boschi (1989, p. 46) afirmam que: “marcados por uma origem parlamentar, sofrendo forte influência do poder estatal, submetidos a uma constante instrumentalização, os partidos sofrem de uma fragilidade congênita, delimitada pela natureza de sua formação”, o que os tornou

incapazes de apresentar uma agenda de mudanças sociais substantivas e generalizou o intercâmbio clientelista (DINIZ, 1988, p. 101).

Embora 13 partidos tenham garantido representação (os nove já existentes e os estreantes PSB, PDC, PSC e PMB), houve o predomínio do PMDB, que conquistou 53,4% das cadeiras de deputado federal, 77,6% das de senador e fez 22 dos 23 governadores. Somado aos sete senadores eleitos em 1982, controlaria 305 das 559 cadeiras. O PFL ficou com a segunda maior bancada: 118 deputados federais e sete senadores, além do posto restante de governador. Como trazia oito senadores do pleito anterior, representaria 134 constituintes. Juntos, PMDB e PFL concentravam quase 80% do Congresso Constituinte.

O sucesso do PMDB não correspondeu a um sólido apoio ao governo, e sim foi fruto do êxito aparente que o Plano Cruzado vinha alcançando. Este foi um plano de ajuste econômico lançado pelo governo Sarney, em fevereiro de 1986, que congelou preços e salários, aumentou o poder de compra da população, especialmente por conter a inflação, então acima de 200% ao ano. Com a popularidade em alta, o governo manteve o congelamento de preços até a data da votação, embora existissem claros sinais de fadiga (desabastecimento, água, pressão inflacionária). Passado o pleito, promoveu ajustes, os quais significaram: aumento de preços, redução do poder de compra dos salários, retorno da inflação e recuo dos índices de popularidade do governo (SARDENBERG, 1987; BARBOSA, 1989). Logo, o sucesso eleitoral do PMDB mostrou-se ilusório e temporário (SOUZA, 1988) e houve “uma rápida deslegitimação do presidente da república, das principais lideranças partidárias da Aliança Democrática e, mais grave, das instituições políticas como um todo” (ARTURI, 1995, p. 25).

Apesar de o PMDB ter obtido um inquestionável êxito nacional, Sadek (1989, p. 9) afirma que: “as variações regionais são decerto importantes, merecendo estudos mais atentos sobre o perfil dos eleitos e de suas respectivas bases eleitorais nos diferentes estados”. Este é o caminho a ser empreendido, ao comparar, mais uma vez, o comportamento de Pelotas com o do Rio Grande do Sul, onde o cenário em 1986 não diferiu daquele apresentado pelo país: de três partidos que haviam conseguido representação em 1982 (PMDB, PDS e PDT), passou-se a cinco, com a chegada de PFL e PT. E, embora 10 tenham concorrido (dos quais dois na coligação ULN), o PMDB conquistou 17 das 31 cadeiras de deputado federal (54,4%), além das duas de senador, o posto de governador e a maioria da Assembléia Legislativa. PDS e PDT ficaram com cinco cadeiras em Brasília cada um, PT e PFL, com duas vagas cada.

**Tabela 2** – Comparativo entre os percentuais de votos para Governador dos partidos, em Pelotas e no Rio Grande do Sul, em 1986.

Nível	PMDB	PFL	PDT	PT	PSB	B/N
RS	41,7	10,9	23,7	5,3	5,3	13,2
Pelotas	33,6	23,3	13,5	4,4	10,0	15,2

Fonte: NOLL e TRINDADE (2004)

Como há muitos cargos em disputa e mais concorrentes do que em 1982, serão analisados apenas dois cargos: governador e deputado federal. No primeiro caso, o PMDB foi o mais votado também em Pelotas (tab. 2), no entanto, em índices menos expressivos (33,6% a 41,7%). O mesmo ocorreu com PDT (13,5% a 23,7%) e PT (4,4% a 5,3%). Ao inverso, o PSB apresentou no município um desempenho bem superior (10% a 5,3%), mas a grande diferença, base para todas as outras, reside no PFL, que somou mais do que o dobro de votos em Pelotas do que no estado (23,3% a 10,9%).

A explicação para tal comportamento é bastante simples: o candidato do partido era o senador Carlos Alberto Chiarelli, que, além de ser natural do município, desenvolvia suas atividades de advogado e de professor universitário na cidade. Ou seja, uma razão eminentemente local fez com que o PFL somasse mais votos do que normalmente obteria.

**Tabela 3** – Participação percentual dos concorrentes nos votos válidos para deputado federal, em 1986, em Pelotas e no Rio Grande do Sul.<sup>8</sup>

Partido	Pelotas	RS	Diferença
PMDB	37,2	41,4	- 4,2
PFL	13,3	6,2	+ 7,1
PDS	12,6	13,5	- 0,9
PDT	12,0	11,7	+ 0,3
PT	5,1	6,9	- 1,8
PCB	1,9	0,7	+ 1,2
PSB	0,7	0,7	=
PCdoB	0,3	0,6	- 0,3
ULN (PL-PND)	0,3	0,4	- 0,1
Branços	16,6	18,0	- 1,4
Total	100,0	100,1	0,1

Fonte: NOLL e TRINDADE (2004); IUPERJ; DIÁRIO POPULAR. 23 nov. 1986

<sup>8</sup> Noll e Trindade (2004) calculam os percentuais a partir dos que votaram, ou seja, incluem os brancos e os nulos. O Iuperj considera apenas os votos nominais. Preferiu-se seguir um terceiro modelo: calcular o percentual pelos votos válidos, conforme os parâmetros da época (nominais mais os branco), pois foi a partir dele que ocorreu a distribuição de cadeiras.

Na disputa para deputado federal, todos os 10 partidos concorrentes e os 201 candidatos receberam sufrágio. O fato indica a diversidade de interesses que convivem no município, todavia não significa que o comportamento tenha sido idêntico ao do estado. Aplicada a fórmula do número efetivo de partidos eleitorais (Ne), verifica-se que o eleitor local se dispersou mais: enquanto o Rio Grande do Sul apresentava 4,09, Pelotas estava em 4,61. A diferença mais destacada reside na votação do PFL: quarto no estado, ele foi o segundo no município, tendo obtido participação no total de votos válidos mais do que duas vezes superior em comparação ao resultado oficial. O PCB também teve desempenho mais expressivo em Pelotas. Inversamente, PCdoB (50% inferior), PT (35%), a coligação ULN (25%) e, em menor escala, PMDB e PDS tiveram desempenho proporcionalmente pior.

**Tabela 4** – Distribuição de votos nominais, conforme os campos ideológicos na disputa para deputado federal, nas eleições de 1986, em Pelotas e no Rio Grande do Sul, em percentuais.

Partido	Pelotas	RS
Centro	44,6	50,5
Direita	31,4	24,5
Esquerda	24,0	25,0
Total	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: NOLL e TRINDADE (2004)

Se as legendas forem agrupadas por afinidade ideológica – e para isso utiliza-se a classificação de Figueiredo e Limongi (1995) – verifica-se que o centro (representado pelo PMDB) recebeu mais votos no estado do que no município (50,5% a 44,6%), mas a esquerda (PT, PSB, PCB, PCdoB) apresentou quase os mesmos índices (25% a 24%). A direita (PFL, PDS e ULN) teve um desempenho significativamente maior (31,4% a 24,5%). Em outros termos: o eleitorado local votou mais intensamente em partidos de direita, sendo que a diferença encontra-se prioritariamente na menor intensidade da votação no PMDB – um indício do insucesso que o esperava nas eleições para prefeito de 1988 – e no prestígio obtido pelo PFL. Nesse caso, a força da candidatura a governador do pelotense Chiarelli ajudou a “puxar” votos na disputa proporcional.

## 40 pleito de 1988

Dois anos depois, em 1988, os eleitores voltaram às urnas, dessa vez para a disputa municipal. Do ponto de vista institucional, ela se parecia muito com 1982, pois eram idênticos o procedimento de votação (unimonimal para Prefeito e de lista aberta para vereador) e a fórmula eleitoral (majoritária de turno único; proporcional com cociente eleitoral definido por cota Hare, no qual eram incluídos os votos brancos, cláusula de exclusão coincidente com o cociente e aproveitamento de sobras pelo sistema D'Hondt).

No entanto, havia importantes mudanças: uma delas é que a disputa seria unicamente de âmbito municipal, logo, ao contrário de 1982, quando questões relativas aos três níveis se entrecruzaram, em 1988 as peculiaridades locais poderiam aflorar com toda a força que normalmente as caracterizam, e os eleitores e as legendas criadas imediatamente após a reforma de 1979 defrontar-se-iam com uma nova experiência.

A seguir, dimensionam-se outras dessas transformações, o que será realizado pela análise comparativa entre essas duas eleições, a partir de cinco aspectos. Os três primeiros referem-se a: (a) quantidade de concorrentes; (b) resultados da disputa para a Prefeitura e para a Câmara; (c) número e tamanho das legendas representadas na Câmara. Os outros dois observam os arranjos institucionais surgidos depois do pleito de 1982 e que serão decisivos para a dinâmica da eleição de 1988: (d) advento das coligações; (e) migração partidária e liberdade para criar partidos.

A simples comparação entre a quantidade de legendas que disputaram as duas eleições mostra o processo de ampliação ocorrido. Em 1982, quatro estavam organizadas (PMDB, PDS, PDT e PT). Seis anos depois, o número havia quase triplicado e 11 se apresentaram ao eleitor: as quatro anteriores, mais as estreatas: PTB, PL, PFL, PSDB, PCB, PCdoB e PSB. Com exceção do PTB, que existia nacionalmente desde 1980 e só conseguiu se estruturar localmente para esta disputa, as demais surgiram ou foram legalizadas depois de 1985.

**Quadro 2** – Concorrentes nas eleições municipais de Pelotas, em 1982 e em 1988.

1982	1988
PMDB (2)	PMDB
PDT	PDT
PT	PT*-PSB
PDS	Aliança Democrática Popular (PDS*-PL-PFL-PTB) Frente Popular (PSDB*-PCdoB-PCB)

\* cabeça de chapa

Em 1982, houve quatro concorrentes ao Executivo (PMDB, PDS, PDT e PT), mas, como o PMDB serviu-se da sublegenda, é possível considerar que havia cinco nomes à disposição do eleitorado.<sup>9</sup> Em 1988, também surgiram cinco nomes, porém, todos pertenciam a partidos diferentes, logo competiam, de fato, pelo cargo: PMDB e PDT preferiram disputar sozinhos, e os demais formaram três coligações: “Aliança Democrática Popular”, composta por PDS, PL, PFL e PTB; “Frente Popular”, que reuniu PSDB, PCdoB e PCB; mais a união de PT e PSB.

A grande mudança deu-se no resultado. Tudo indicava que a disputa estaria concentrada, mais uma vez, no PMDB e no PDS, não só pela importância das legendas, como também pelos nomes que cada um lançou ao cargo. O primeiro escolheu o ex-prefeito Irajá Andara Rodrigues (1977-1982), o homem que derrotara a Arena em 1976 e fizera o seu sucessor em 1982; enquanto o segundo investiu em um quadro emergente, o vereador Fetter Júnior, primeiro suplente de deputado federal em 1986 e representante de uma importante família local (o avô e tio haviam sido prefeitos, e o pai, vice) (GRILL, 2005). Os demais candidatos não tinham o mesmo cacifê: o PT lançou o vereador Flávio Coswig, com passagem por PMDB e por PCB; enquanto o recém fundado PSDB apostou no professor universitário José Luis Marasco Cavalheiro Leite; e o PDT, no médico José Anselmo Rodrigues, sendo que ambos não possuíam carreira política prévia.

Os favoritos Irajá e Fetter Júnior desconhecaram os demais candidatos, realizaram uma campanha acirrada um contra o outro, centrada em promessas mirabolantes (restaurante flutuante, trem bala unindo a cidade a Porto Alegre). Também não atentaram para o desgaste que suas legendas apresentavam junto ao eleitorado: o PDS era o partido da recém superada ditadura e de Paulo Maluf; o PMDB, o de Sarney e do fracassado Plano Cruzado, além de governar o município

<sup>9</sup> De fato, apenas quatro concorriam a Prefeito, tanto é verdade que o PMDB ganhou a eleição, mas não teve o candidato mais votado: a vitória surgiu da soma dos votos das sublegendas.

há duas gestões e de o prefeito eleito em 1982, Bernardo de Souza, ter renunciado ao mandato em 1987 para ser secretário do governo Pedro Simon (PMDB), deixando em seu lugar o vice José Maria Carvalho da Silva, que não tinha expressão popular.

Anselmo Rodrigues, por sua vez, soube se servir do HGPE para construir a imagem de que os dois favoritos eram representantes da elite e do antigo, e de que apenas ele poderia representar os interesses das classes populares, o que foi potencializado pelo bordão “vamos fazer um governo!” e a fala característica, inspirada em Brizola.

Outro fator é a importância eleitoral do PDT no Rio Grande do Sul naquele período. Análises da disputa para governador em 1982 apontam a grandeza da votação do partido, especialmente na capital, como elemento chave para a divisão das oposições e a vitória, então inesperada, do PDS (BAQUERO, 1984, 1988).<sup>10</sup> O destaque foi reafirmado na eleição para prefeito de Porto Alegre de 1985 e para governador de 1990, ambas vencidas por Alceu Collares, assim como na eleição presidencial de 1989, a ser abordada na sequência. Tal trajetória havia sido interrompida em 1986 por conta do impacto do Plano Cruzado e da coligação realizada naquela oportunidade com o ex-adversário PDS, rejeitada pelo eleitorado.

Tidos como azarões, Anselmo e o PDT venceram a eleição por grande margem de votos (cerca de 26 mil ou 20 pontos percentuais), ainda hoje a maior da atual fase pluripartidária. O PDS amargou novamente o segundo lugar e o PMDB sofreu o peso do crescimento de uma candidatura à esquerda, tendo ficado em terceiro.

**Tabela 5** – Resultado da eleição para prefeito de Pelotas, em 1988.

Candidato	Votação	%
Anselmo Rodrigues (PDT)	61.205	44,1
Fetter Júnior (PDS-PFL-PL-PTB)	35.307	25,5
Irajá Rodrigues (PMDB)	30.456	21,9
Flávio Coswig (PT-PSB)	9.247	6,7
Marasco (PSDB-PCdoB-PCB)	2.512	1,8
Total	138.727	100

Fonte: TRE-RS

Na disputa proporcional, como todas as coligações da majoritária foram repetidas, também havia cinco listas. A Ciência Política já

<sup>10</sup> Como visto, elementos conjunturais fizeram com que, em Pelotas, o desempenho tenha sido significativamente inferior ao que foi registrado no estado.

mostrou que o modo como a legislação brasileira organiza a coligação cria uma espécie de “partido virtual” nas disputas proporcionais: a união de duas ou mais legendas forma um único concorrente para efeito de contabilização de votos e de distribuição de cadeiras, embora o eleitor não tenha a possibilidade de votar na coligação e necessariamente escolha uma das participantes dela. As eventuais cadeiras conquistadas são distribuídas aos candidatos individualmente mais votados do “partido virtual”, independentemente de a qual legenda eles pertençam ou da quantidade de votos que cada uma tenha aportado à aliança. Por consequência, ao criar as “legendas virtuais”, a aliança pode reduzir o número de listas concorrentes, mas necessariamente não diminui o de partidos que conseguem eleger representantes. Ao inverso: ela é um meio utilizado pelas pequenas legendas para ampliar as chances de elegerem um representante (NICOLAU, 1996; KRAUSE e SCHMITT, 2005; SOARES, 1964, 2001).

Esse fenômeno se verificou em Pelotas. Embora cinco listas tenham concorrido, seis partidos conseguiram se eleger: os que dois disputaram avulsos (PMDB e PDT), três dos quatro que compunham a “Aliança Democrática Popular” (PDS, PFL e PL) e o PT, da união PT-PSB. Das três coligações formadas, apenas a “Frente Popular” não obteve vaga, além de outros dois componentes de alianças: PTB e PSB. Em comparação à eleição de 1982, quando três legendas haviam conquistado cadeira, o número de partidos dobrou. Os novatos eram: PT, PFL e PL, sendo que somente os dois últimos estreavam em eleições municipais.

O caso do PFL é bastante representativo: em 1988, ele possuía quatro vereadores, a partir de migração. A direção e os candidatos sabiam que essa bancada era grande demais para o potencial de votos da nova legenda, razão pela qual buscaram a coligação, como forma de minimizar os prejuízos que teriam se concorressem sozinhos. O parceiro escolhido foi o PDS, ainda importante e bem estruturado no município, a mesma legenda que os parlamentares do PFL haviam abandonado pouco tempo antes, a partir de divergências “significativas”. O resultado foi a conquista de duas vagas.

O PDS, por sua vez, aceitou a coligação, ainda que a aliança pudesse significar a perda de alguma cadeira de vereador, pois este era um recurso importante na tentativa de vencer a disputa majoritária. Sem o apoio do PFL, a situação se tornaria muito mais difícil.<sup>11</sup> Em

---

<sup>11</sup> Foi o que aconteceu na eleição municipal seguinte, em 1992: PDS e PFL lançaram candidatas a Prefeito e a vitória foi do PMDB por pequena margem sobre o PDS (3.561 votos). A votação do PFL, quinto colocado, foi maior do que esta diferença (5.714).

outros termos: a lógica de maximizar o espaço político é mais forte do que qualquer divergência política prévia (BARRETO, 2008).

**Tabela 6** - Número de cadeiras de vereadores conquistadas pelos partidos, em Pelotas, nas eleições de 1982 e de 1988, e projeção de como ficaria essa distribuição em 1988, se não houvesse coligação.

Partido \ Eleição	1982	1988	1988 s/ coligação
PMDB	10	6	6
PP	9	5	5
PDT	2	5	5
PT	-	2	2
PFL	-	2	3
PL	-	1	-
Total	21	21	21

Se os resultados eleitorais de 1988 fossem submetidos às regras de 1982, ou seja, as coligações continuassem proibidas, o cenário seria outro: haveria 11 listas concorrentes, mas somente cinco partidos eleitos (o PL estaria excluído). O fato confirma o quanto as alianças reduzem o número de concorrentes, ao mesmo tempo em que potencializam a ampliação na quantidade de partidos que conseguem representação parlamentar. Porém, tal ampliação não ocorreu unicamente por causa das coligações, o fenômeno tornou-se mais intenso em razão desse recurso, como indica a simulação (tab. 6).

Quando se analisa o número de cadeiras que cada partido obteve, as mudanças ficam ainda mais claras. Em 1982, duas legendas controlavam mais de 90% das vagas (PMDB 10, PDS nove). Em 1988, a distribuição ficou assim: PMDB seis (28,6%), PDS e PDT cinco cada um (23,8%), PFL e PT duas cada um (9,5%) e PL uma (4,8%). Se não houvesse coligação, a situação teria uma única modificação: PFL ficaria com a vaga que, efetivamente, foi ocupada pelo PL.

O aumento no número de legendas representadas deu-se a partir do espaço político até então ocupado por PMDB e por PDS. Pode-se considerar o fato razoável, em função da grandeza que apresentavam em 1982, mas é importante indicar que a mudança simplesmente poderia não ter ocorrido, que ao menos um deles poderia ter mantido as suas cadeiras, bem como que o surgimento de novas legendas poderia ter se dado, ao menos parcialmente, às custas das duas vagas do PDT. Não foi o que aconteceu: a perda atingiu igualmente ao PMDB e ao PDS (cada um perdeu quatro cadeiras, cerca de 40% do espaço conquistado em 1982), enquanto o PDT mais do que dobrou a bancada

(de duas para cinco cadeiras). Apesar dessa perda e em função da grandeza que apresentavam anteriormente, os dois mantiveram a condição de maiores bancadas na Câmara, ao conquistarem seis e cinco vagas, respectivamente.

**Tabela 7** - Número de cadeiras ocupadas pelos partidos na Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1982-1988.

Partido	Eleição 1982	1983-85	1986	1987-88
PMDB	10	10	10	10
PP	9	5	4	4
PDT	2	2	2	2
PT	-	-	-	1
PFL	-	3	4	4
PCB	-	1	1	-
Total	21	21	21	21

Fonte: LIMA (2008).

Todavia, a simples comparação entre os resultados pode induzir o analista a erro. Isso porque o cenário havia se modificado intensamente nos seis anos que separam as duas disputas. A tendência nacional anteriormente identificada se repetiu em Pelotas e a distribuição de forças na Câmara de Vereadores, estabelecida em 1982, sofreu alterações por conta de oito trocas ocorridas entre 1985 e 1987, as quais redundaram na abertura de espaço parlamentar para três legendas (PFL, PCB e PT). No primeiro movimento, em 1985, quatro vereadores do PDS abandonaram a sigla, em meio à crise interna decorrente da disputa pela sucessão presidencial: três fundaram o PFL e um preferiu ir para o PMDB. Na sequência, um vereador do PMDB formou a bancada do PCB, tendo em vista a legalização da legenda. Em 1986, o PDS perdeu mais uma cadeira para o PFL e, finalmente, em 1987, aquele vereador que havia se vinculado ao PCB rompeu com o partido e inaugurou a bancada do PT. Como reflexo dessa movimentação, no encerramento da legislatura: o PMDB (10) e o PDT (duas) haviam mantido suas cadeiras, mas o PDS, que tinha nove vereadores, estava com quatro; e surgiram o PFL (quatro cadeiras) e o PT (uma).

Enfim, o cenário político imediatamente anterior à eleição de 1988 era bastante distanciado daquele existente em 1982 e já se apresentava como pluripartidário de fato, em razão da migração e da criação de partidos. O resultado do pleito confirmou a tendência seguida por essas movimentações da elite política local e consagrou o rompimento com o bipartidarismo (Arena-MDB, PDS-PMDB). Tal condição

foi construída a partir do crescimento das legendas criadas imediatamente após a reforma de 1979 e que haviam sido preteridas em 1982 (PDT, que elegeu o prefeito e cinco vereadores; PT, que fez duas cadeiras), bem como à presença das que não haviam disputado anteriormente (PL e PFL, já representado na legislatura 1983-88).

Este quadro não é uma peculiaridade do sistema político pelotense. Em traços gerais, ele reproduz o que ocorreu em escala nacional: PDS e PMDB surgiram como herdeiros do sistema partidário anterior, eram as entidades mais bem estruturadas do país, motivo pelo qual controlaram o novo sistema. A partir da metade dos anos 1980, embora ainda mantivessem significativa expressão política, perderam esta condição com a chegada de novos postulantes. Estes eram frutos de cisões, como as ocorridas no PDS e que deram origem a PFL e PL, ou no PMDB, que levou à criação do PSDB, sem contar a legalização dos partidos comunistas (até então vinculados ao PMDB), e os partidos de criação “autônoma”, caso do PSB.

## **5 A eleição direta para presidente**

O cenário em que se processou a eleição presidencial de 1989 não poderia ser mais contraditório e o resultado consagrou tal ambiguidade. De um lado, havia uma série de elementos que traziam otimismo e engajamento: era uma disputa isolada, na qual todas as atenções do eleitorado e da classe política estariam voltadas para o pleito (o que não mais se repetiu desde então, pois a definição do presidente ocorre concomitantemente a de governador, senador e deputados); era a primeira vez, em quase 30 anos, que o presidente seria escolhido diretamente pela população, sendo que a disputa ocorreu em um clima de liberdade de organização e de respeito às regras que a regulamentaram. Do ponto de vista institucional havia uma novidade importante: a estreia da possibilidade de realização de segundo turno, o que modificava a lógica a ser seguida pelos atores.

De outro lado, a conjuntura em que a disputa ocorreu era angustiante: a crise econômica que atingiu o país ao longo da década mostrava a sua face mais grave, com hiperinflação, estagnação e altos índices de desemprego. A isso se somava a intensa rejeição popular do governo Sarney e dos partidos que comandaram o processo de transição, em especial o PMDB (SALLUM JR., 1990). Como afirma Lima Júnior (1993, p. 28), a campanha de 1989 foi decorrência do processo de depreciação da representação política, institucionalizada no legislativo, do enfraquecimento dos grandes partidos e da proliferação dos

pequenos. E sobretudo da ausência de uma clara ruptura que, institucionalmente, separasse o ‘velho’ do antigo regime do ‘novo’ do novo regime.

A eleição também foi marcada pela “utopia presidencialista-plebiscitária”, a expectativa de que um presidente eleito diretamente pelo povo teria a legitimidade e o apoio político necessários para superar a crise econômica, ao exercer uma “liderança simbólica de alcance nacional” (LAMOUNIER, 1990). Isso se refletiu no esvaziamento do centro e em uma disputa ideologicamente polarizada, notadamente no segundo turno, na qual os partidos “tradicionais” foram ultrapassados por novas forças: de um lado, o PT de Lula, e do outro Collor (NÊUMANN, 1989; KINZO, 1992; SINGER, 2002; CARREIRÃO, 2002).

**Tabela 8** – Percentual de votos válidos obtido pelos candidatos à presidente, em Pelotas, no Rio Grande do Sul e no Brasil, em 1989.

Candidato	1º turno			2º turno		
	Pelotas	RS	Brasil	Pelotas	RS	Brasil
Collor (PRN)	8,1	9,2	30,5	24,5	31,3	53,0
Lula (PT)	8,8	6,7	17,2	75,5	68,7	47,0
Brizola (PDT)	60,0	62,7	16,5	-	-	-
Outros	23,1	21,4	35,8	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IUPERJ; TRE-RS.

O ambiente nacional não se verificou em Pelotas. O eleitorado local rejeitou a candidatura de Collor, repetiu a tendência apresentada em 1988 e consagrou o PDT ou, mais precisamente, a liderança de Brizola, seja no primeiro, seja no segundo turno. Na rodada inicial, este venceu amplamente a disputa, tendo obtido 60% dos votos válidos, contra apenas 16,5% no país. Collor, que foi o primeiro colocado na eleição oficial com 30,5%, ficou em terceiro, com cerca de 8,1%. Lula foi o segundo nas duas escalas, embora tenha feito no município aproximadamente metade dos votos obtidos nacionalmente (8,8% contra 17,2%). Isso significa que, se o pleito dependesse apenas daquele eleitorado, Collor ficaria fora do segundo turno, que seria disputado por duas forças de esquerda.

No caso do Rio Grande do Sul, Brizola liderou ainda mais amplamente (62,7%), mas quem ficou com o posto de segundo mais

votado foi Collor (9,2%) contra apenas 6,7% de Lula. Logo, se preponderasse o eleitorado estadual, o cenário do segundo turno seria diferente tanto daquele que realmente ocorreu, quanto daquele que hipoteticamente surgiria em Pelotas.

Como Brizola perdeu o lugar no segundo turno e acabou por apoiar o candidato do PT, Lula granjeou a preferência do eleitorado pelotense na segunda rodada e recebeu aproximadamente 75% dos votos válidos. O que contrasta com aquele ocorrido no país, onde Collor sagrou-se presidente e é sensivelmente superior ao registrado no Rio Grande do Sul, onde Lula também venceu (68,5%). Melo (2006) identifica no resultado do pleito de 1989 a base para que o PT ganhasse do PDT o posto de principal força política de esquerda, conseguisse a relevância nacional que consolidaria nos anos 90 e levasse o PDT à crise de identidade e à perda de destaque que o caracteriza desde então.<sup>12</sup> Nesse sentido, pode-se dizer que, simbolicamente, o apoio que Brizola deu a Lula no segundo turno foi o reconhecimento da vitória do rival, embora parecesse, naquele momento, uma questão conjuntural e que objetivava impedir que Collor, tido como o inimigo maior, chegasse à Presidência.

O mais impressionante no resultado da eleição de 1989 é que PMDB, PDS e PFL, que dominavam o cenário político até então, não obtiveram destaque. Elas foram superadas por partidos pequenos de esquerda (PT e PDT) e por uma legenda como o PRN, construída para servir de veículo à candidatura de Collor – o que reforça o diagnóstico da crise do sistema partidário brasileiro, completada a retomada das eleições democráticas no país.

No caso de Pelotas fica nítido que, no término dos anos 1980, o destaque político do PMDB e do PDS havia se transferido, ao menos parcialmente, para o PDT, segunda maior bancada na Câmara e vencedor da eleição de 1988, bem como líder na disputa presidencial.

## 6 Conclusão

Como se buscou mostrar, a redemocratização ocorrida ao longo da década de 1980 cobrou o seu preço dos partidos herdeiros do bipartidarismo (Arena-MDB), tanto nas urnas, quanto em razão das mudanças propiciadas pelas regras institucionais e pelo cenário de

---

<sup>12</sup> Não é o foco do artigo, mas a afirmação do autor é extensiva ao que ocorreu no Rio Grande do Sul e também em Pelotas, embora no município o processo tenha demandado mais tempo (o PDT ainda ganhou do PT a eleição para Prefeito de 1996).

instabilidade política e econômica. O PDS, legenda de sustentação da ditadura, foi o primeiro atingido; depois foi a vez do símbolo da oposição ao regime militar, o PMDB. A partir daí, chegou-se a um cenário pluripartidário, no qual nenhuma legenda isoladamente conseguia controlar o sistema político e todas careciam da confiança do eleitorado, de tal modo que Collor conseguiu se eleger presidente sem ter um partido articulado e organizado.

A realidade pelotense não foi muito diferente, embora haja peculiaridades. No início do pluripartidarismo, o PMDB era uma força mais expressiva do que o PDS (ao contrário do que ocorria em escala nacional), em função de controlar a Prefeitura e de ter a maioria na Câmara: nas eleições de 1982 e de 1988 obteve uma cadeira a mais do que o adversário. Na mesma medida, o partido de apoio ao regime militar não elegeu o Prefeito em 1976, nem tinha a maioria na Câmara, o que foi confirmado no pleito de 1982 e reafirmado no de 1988 (embora não mais com o PMDB, e sim com o PDT, legenda que obteve, nesse momento, um destaque que não possuía no país).

Se no final dos anos 80 o eleitorado pelotense não apoiava mais tão intensamente os dois herdeiros do bipartidarismo, nem por isso confiou na alternativa apartidária e salvacionista representada por Collor, que ficou em terceiro lugar no município no primeiro turno. A opção foi outro partido, o PDT. Este, de pequena legenda em 1982, mais do que dobrou a bancada em 1988, elegeu o prefeito e viu a sua principal liderança, Leonel Brizola, ser amplamente sufragada na disputa presidencial do ano seguinte, não só no primeiro turno, como também no segundo, quando deu o apoio a Lula e sustentou uma nova e ampla rejeição à candidatura Collor.

A reforçar o que se pretendeu realizar no texto, pondera-se que as modificações recenseadas não cessaram com o final dos anos 1980. Ao contrário, elas prosseguiriam ao longo da década de 1990, quando novas alterações ocorreram no país e em Pelotas, as quais seguiram temporalidades e envolveram atores não necessariamente iguais na comparação entre as duas instâncias. Contudo, como dizem os narradores de fábulas, esta é outra história.

## Referências

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ALTMANN, C. **O contexto multipartidário em Pelotas-RS (1979-1982):** atores, expectativas e disputas. Pelotas. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, 2007.

ARAÚJO, A.; BARRETO, A. A reorganização partidária em Pelotas (1979-1982) In: BARRETO, A. (Org.). **Sistema partidário em Pelotas (RS):** organização, eleições e trocas de legenda 1979-2004. Pelotas: UFPel, 2008.

ARTURI, C. As eleições no processo de transição à democracia no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). **Brasil: transição, eleições e opinião pública.** Porto Alegre: UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n<sup>a</sup> 17, nov, 2001.

BARRETO, A. **Impacto das coligações nas eleições municipais de Pelotas (RS) – 1988-2004.** Relatório Técnico. CNPq (Edital 61/05), 2008.

BARBOSA, F. H. et al. **Plano cruzado: inércia x inépcia.** Rio de Janeiro: Globo, 1989.

BRITO, L. N. As eleições de novembro e suas conseqüências. **Revista Brasileira de Estudos Políticos.** Belo Horizonte, n<sup>a</sup> 57, jul, 1983.

CARREIRÃO, Y. de S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas. nov. 1982-nov. 1989.

DINIZ, E. Transição, partidos e regimes políticos. Algumas considerações In: CAMARGO, A. / DINIZ, E. (Org.). **Continuidade e mudança no Brasil da nova república.** São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. **Dados**, Rio de Janeiro, v.28 (3), 1985.

\_\_\_\_\_; BOSCHI, R. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses In: DINIZ, E. / BOSCHI, R. / LESSA, R. **Modernização e consolidação democrática no Brasil** - dilemas da nova república. São Paulo: Vértice, 1989.

FERREIRA, D. P. **Oposição e transição democrática** - a estratégia peemebista nas eleições de 1982. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Os partidos políticos na Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, (3), 1995.

GRILL, E. **Parentesco, Redes e Partidos**: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

IUPERJ. **Dados eleitorais do Brasil (1982-2006)**. Disponível em: <http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>.

KINZO, M. D. G. **Oposição e autoritarismo** - gênese e trajetória do MDB (1966/1979). São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. A eleição presidencial de 1989. O comportamento eleitoral em uma cidade brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, 35 (1), 1992.

KRAUSE, S.; SCHMITT, R. (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro /São Paulo : Fundação Konrad Adenauer/Unesp, 2005.

LAMOUNIER, B. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira In: ROUQUIÉ, Alain / LAMOUNIER, B. / SCHVARZER, J. (Org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. Authoritarian Brasil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira - 1974-1982. **Dados**, Rio de Janeiro: Iuperj, 29 (3), 1986.

\_\_\_\_\_. **Partidos & utopias** - o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor In: LAMOUNIER, B. (Org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré/Idesp, 1990.

LESSA, R. Reflexões sobre a gênese de uma democracia banal. In: DINIZ, E.; BOSCHI, R.; LESSA, R. **Modernização e consolidação democrática no Brasil** – dilemas da nova república. São Paulo: Vértice, 1989.

LIMA JÚNIOR, O. B. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMA, V. M. A dança das cadeiras: a migração partidária na câmara de vereadores de Pelotas nas legislaturas 1983-2004 In: BARRETO, A. A. (Org.). **Sistema partidário em Pelotas (RS): organização, eleições e trocas de legenda 1979-2004**. Pelotas: UFPel, 2008.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias** – o caso do Brasil. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas/Mercado Aberto, 2001.

MELO, C. R. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados**. Belo Horizonte : UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G. A. S.; RENNÓ, L. (Org.). **Reforma política** – lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MOISES, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

NÊUMANNE, J. **Atrás do palanque: bastidores das eleições de 1989**. São Paulo: Siciliano, 1990.

NICOLAU, J. **Multipartidarismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NOLL, M. I. / TRINDADE, H. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul. 1823-2002**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SADEK, M. T. (Org.). **Eleições 1986**. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.

SALLUM JR et al. Eleições presidenciais e crise do sistema partidário. **Lua Nova**, São Paulo, (20), 1990.

SARDENBERG, C. A. **Aventura e agonia nos bastidores do cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SHARE, D. / MAINWARING, S. Transição pela transação: democracia no Brasil e na Espanha. **Dados**, Rio de Janeiro, 29 (2), 1986.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2002.

SOARES, G. A. D. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte (17), jul, 1964.

\_\_\_\_\_. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOUZA, M. C. C.; KUGELMAS, E. Eleições 82. **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, (1), abr, 1983.

\_\_\_\_\_. A nova república brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-RS. **Dados Eleitorais**. 1988; 1989.

Alvaro Augusto de Borba Barreto  
E-mail: albarret.sul@terra.com.br

Artigo recebido em abril/2009.  
Aprovado em junho/2009.